

STJ00115560

# TRATADO DE DIREITO EMPRESARIAL

COORDENAÇÃO  
MODESTO CARVALHOSA

## III

# SOCIEDADES ANÔNIMAS

3ª edição revista, atualizada e ampliada

MODESTO CARVALHOSA  
FERNANDO KUYVEN

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™



*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Bárbara Baraldi

*Estagiários:* Ana Carolina Francisco e Francisco Prado

*Produção Editorial*

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Thyara Pina da Silva

*Analistas de Operações Editoriais:* Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Meihado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

*Estagiários:* Beatriz Hammond e Caroline Dubovicki

*Copo:* Brenno Stolagli Teixeira

*Adaptação de Copo:* Linotec

*Lider de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfico*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Carvalhosa, Modesto  
Sociedades anônimas / Modesto Carvalhosa, Fernando Kuyven. -- 3. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022. -- (Coleção Tratado de Direito Empresarial ; v. 3 / coordenação Modesto Carvalhosa)

Bibliografia.

ISBN 978-65-260-0659-7

1. Sociedades anônimas Leis e legislação Brasil I. Kuyven, Fernando. II. Carvalhosa, Modesto. III. Título. IV. Série

22-127717

CDU-347.725(81)(094)

---

**Índices para catálogo sistemático**

1. Brasil : Leis : Sociedades anônimas : Direito comercial 347.725(81)(094)

2. Leis : Sociedades anônimas : Brasil : Direito comercial 347.725(81)(094)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

# SUMÁRIO

MODESTO CARVALHOSA

FERNANDO KUYVEN

ESTRUTURA DA COLEÇÃO.....	7
APRESENTAÇÃO DO COORDENADOR.....	11
NOTA DOS AUTORES.....	13
SOBRE OS AUTORES.....	15
CAPÍTULO I – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA SOCIEDADE ANÔNIMA.....	49
1. Considerações gerais .....	51
2. Outorga estatal .....	52
3. Concessão estatal e surgimento das bases da companhia moderna .....	54
4. Liberdade de constituição.....	58
5. Regime de regulamentação e institucionalismo.....	60
6. A personalidade jurídica na evolução das companhias.....	64
7. Estrutura de comando da companhia .....	65
8. Estado controlador .....	67
9. Concentração empresarial .....	70
10. Revolução gerencial.....	72
11. Governança corporativa e internacionalização.....	75
12. Renovado institucionalismo – responsabilidade e função social da companhia.....	78

CAPÍTULO II – CONCEITO, CARACTERÍSTICAS E ESPÉCIES .....	83
1. Conceito de sociedade anônima .....	85
2. Características da sociedade anônima .....	112
2.1 O fim lucrativo da companhia .....	112
2.2 A lucratividade como requisito de existência da companhia .....	113
2.3 O requisito da lucratividade nas sociedades de economia mista .....	114
3. Objeto social .....	115
3.1 Alteração relevante do objeto social .....	116
3.2 Inaplicabilidade da teoria <i>ultra vires</i> .....	118
3.3 Participação em outras sociedades .....	120
3.4 Autorização administrativa para funcionar .....	121
4. A responsabilidade objetivada da pessoa jurídica .....	122
5. Classes de companhias quanto à negociabilidade de suas ações (abertas e fechadas) .....	123
5.1 Regime de capital da companhia.....	125
5.2 Categorias das companhias abertas.....	126
5.3 Alcance da proteção aos investidores do mercado .....	127
5.4 A responsabilidade administrativa da companhia aberta .....	128
5.5 Fundamentos do processo administrativo sancionador contra a companhia aberta.....	130
5.6 Termo de Compromisso e Acordo de Leniência.....	132
6. Responsabilidade civil da companhia emissora perante investidores de mercado .....	133
6.1 Relação informacional entre a companhia emissora e o público investidor .....	134
6.2 Ausência de isenção de responsabilidade em relação à companhia emissora .....	135
6.3 Regras que disciplinam o mercado de capitais combinadas com as regras gerais de responsabilidade civil .....	137

6.4	Igualdade de tratamento entre investidores de mercado.....	139
6.5	Responsabilidade da companhia pelos ilícitos praticados pelos seus órgãos.....	140
6.6	Culpa pela desinformação e falta de controles internos ...	142
6.7	Dano direto ao patrimônio dos investidores de mercado .....	142
6.8	Nexo de causalidade entre os ilícitos informacionais e os danos aos investidores.....	145
7.	O Estado Acionista .....	147
7.1	Finalidade das sociedades de economia mista .....	147
7.2	Controlador e política de Estado .....	148
7.3	A regra constitucional da moralidade e da eficiência e o interesse público primário – desvio de finalidade .....	149
7.4	Arbitragem nas empresas estatais.....	152
7.5	Os minoritários e a finalidade pública da sociedade de economia mista .....	152
7.6	O critério de economicidade na gestão da empresa estatal.....	153
7.7	Empresas estatais como sociedades anônimas <i>sui generis</i> .....	154
7.8	Conceito de sociedade de economia mista.....	155
7.9	Instrumento da ação do Estado .....	156
7.10	Fundamentos constitucionais das empresas estatais.....	159
7.11	Prevalência do direito público no caso das empresas estatais.....	164
7.12	A alegada residualidade das empresas estatais .....	165
7.13	Empresa estatal no organograma do Estado.....	166
7.14	Sociedades controladas por sociedades de economia mista.....	167
7.15	Relações internas e externas das companhias estatais ....	171
7.16	Exercício do controle na sociedade de economia mista.....	172

8.	Simplificação e especialização da sociedade anônima.....	176
9.	O exemplo da sociedade anônima do futebol .....	177
CAPÍTULO III – CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA.....		179
1.	Considerações gerais .....	181
2.	Natureza da personalidade jurídica.....	182
3.	Momento da aquisição da personalidade jurídica .....	183
4.	A personalidade jurídica no direito comparado .....	185
5.	Desconsideração da personalidade jurídica.....	187
6.	Subcapitalização e desconsideração da personalidade jurídica .....	191
7.	Controle de legalidade da constituição .....	192
8.	Pluralidade de acionistas.....	193
9.	Publicação dos atos societários .....	194
10.	Publicidade na constituição por escritura pública .....	195
11.	Vícios e irregularidades na constituição .....	196
11.1	Nulidade absoluta e relativa.....	196
11.2	Inaplicabilidade do Regime Geral de Invalidez do Negócio Jurídico.....	197
11.3	Retroatividade.....	198
11.4	Ação de Anulação da Constituição.....	198
11.5	Invalidez e Integralização.....	199
11.6	Anulação Parcial e Preservação da Companhia .....	199
11.7	Anulação Total.....	200
11.8	Invalidez Fundada em Sociedade Ficta ou Simulação....	201
11.9	<i>Affectio Societatis</i> .....	201
11.10	Retificação e Ratificação de irregularidades .....	204
12.	Condição jurídica da Companhia Constituenda.....	205
13.	Denominação social .....	206
14.	Definição de subscrição .....	208

15. Natureza da subscrição .....	208
16. Capacidade para subscrever .....	209
17. A obrigação de subscrição e de integralização à luz do dever de cooperação .....	210
18. Peculiaridades da subscrição pública.....	212
18.1 Oferta Pública.....	213
18.2 Prospecto.....	214
19. Depósito de entrada.....	215
20. Preço de emissão .....	216
21. Exigência de subscrição integral .....	217
22. Conferência de bens ao capital social .....	218
23. Regime de capital autorizado .....	219
24. Retratação da subscrição .....	220
25. Fundadores da companhia .....	222
25.1 Posição jurídica do fundador.....	222
25.2 Funções do fundador.....	222
25.3 Remuneração dos fundadores .....	223
25.4 Os fundadores na constituição por subscrição particular... ..	223
26. Responsabilidade na subscrição pública .....	224
26.1 Obrigação de meio .....	225
26.2 Atribuições da instituição financeira na subscrição pública .....	225
26.3 Culpa normativa .....	226
26.4 Responsabilidade subjetiva por atos anteriores .....	227
27. Estatuto social .....	229
27.1 Natureza Jurídica do Estatuto Social .....	229
27.2 Conteúdo do Estatuto Social .....	230
27.3 Vedação de Cláusulas Leoninas .....	231
28. Assembleia de Constituição.....	231
28.1 Natureza da Assembleia de Constituição .....	233

28.2	Unanimidade para alterar o Projeto de Estatuto.....	233
28.3	Alteração do Estatuto após a Constituição .....	233
29.	Primeiros administradores.....	234
29.1	Eleição dos Administradores.....	234
29.2	Responsabilidade pela realização das formalidades complementares .....	234
29.3	Responsabilidade por atos praticados antes das formalidades complementares .....	235
30.	Responsabilidade dos fundadores pelos documentos sociais...	236
31.	Aquisição da condição de acionista .....	237
CAPÍTULO IV – CAPITAL SOCIAL .....		239
1.	Conceito de capital social .....	241
1.1	Função Contemporânea do Capital Social .....	243
2.	Estrutura e formação do capital social.....	245
3.	Capital social e patrimônio.....	249
4.	Modificação do capital social.....	251
4.1	Aumento de Capital.....	251
4.2	Capital autorizado.....	253
4.2.1	Bônus de subscrição e opção de compra de ações.....	257
4.3	Redução de capital .....	257
4.3.1	Redução de capital e o princípio de sua imutabilidade .....	257
4.3.2	Proteção de acionistas e credores .....	262
CAPÍTULO V – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....		265
1.	Escrituração.....	267
2.	Os princípios de contabilidade aplicados às companhias .....	267
3.	Definição de exercício social.....	268
4.	Tipos de demonstrações financeiras.....	269

5. Balanço patrimonial .....	270
6. Conta de capital .....	271
7. Notas explicativas .....	271
8. Participação nos lucros .....	273
8.1 Lucro líquido ajustado .....	273
8.2 Destinação do lucro .....	274
9. Reservas de lucros .....	274
9.1 Reserva legal .....	275
9.2 Reservas estatutárias .....	275
9.3 Reservas para contingências .....	276
9.4 Reserva de incentivos fiscais .....	277
9.5 Reserva de lucros a realizar .....	277
9.6 Retenção de lucros .....	280
9.7 Limite do saldo das reservas de lucros .....	281
9.8 Reserva de capital .....	281
CAPÍTULO VI – LIVROS SOCIAIS .....	283
1. Categorias de livros sociais .....	285
2. Inscrição, averbação e anotação .....	286
3. Fiscalização .....	286
4. Responsabilidade objetiva da companhia .....	287
5. Exibição dos livros .....	288
6. Medidas visando à exibição de livros .....	289
CAPÍTULO VII – AS AÇÕES .....	293
1. Conceito de ações .....	295
1.1 Conceito de ação preferencial .....	296
1.2 Intangibilidade do capital .....	298
2. Natureza das ações .....	299

3.	Espécies, classes e proporcionalidade de ações .....	300
3.1	Classes de ações .....	301
3.2	Conversibilidade de ações .....	301
3.3	Ação de classe especial ( <i>golden share</i> ) .....	302
3.4	Preferenciais com vantagens políticas .....	304
3.5	Preferenciais resgatáveis .....	304
3.6	Preferenciais amortizáveis .....	305
3.7	Preferenciais e ordinárias conversíveis .....	305
3.8	Superpreferenciais .....	305
4.	Circulação das ações .....	306
4.1	Regime de limitação .....	306
4.2	Fixação estatutária do preço .....	309
4.3	Prévio consentimento .....	311
CAPÍTULO VIII – PARTES BENEFICIÁRIAS .....		313
1.	Direito Comparado .....	315
2.	Definição e Natureza Jurídica no Direito Brasileiro .....	317
3.	Campo de aplicação .....	318
4.	Funções das partes beneficiárias .....	318
5.	Momento de criação das partes beneficiárias .....	319
6.	Direito de recesso .....	320
7.	Ausência de valor nominal e repercussões contábeis .....	320
8.	Partes beneficiárias e dividendos .....	320
9.	Limite da participação nos lucros – Reservas .....	321
10.	Direito de fiscalizar .....	322
11.	Responsabilidade solidária dos administradores e fiscais .....	323
12.	Condições para a criação e a emissão .....	323
13.	Onerosidade e prazo de duração .....	324
14.	Resgate .....	324

15. Conversão em ações.....	325
16. Forma e propriedade das partes beneficiárias .....	325
17. Atribuições e direitos da comunhão de beneficiários .....	326
 CAPÍTULO IX – DEBÊNTURES .....	 327
1. Criação, emissão e subscrição de debêntures.....	329
2. Natureza jurídica da emissão de debêntures.....	330
3. Natureza e efeitos das deliberações assembleares acerca das debêntures .....	332
4. Debênture como título de crédito .....	333
5. Dívida coletiva e una .....	335
6. Negociabilidade e restrições .....	336
7. Competência para emissão e conteúdo da escritura .....	336
8. Natureza jurídica da escritura – Oferta pública .....	337
9. Direitos individuais dos debenturistas.....	338
10. Conflito entre direito individual e direito comum .....	339
11. Debênture <i>open ended</i> .....	340
12. Debênture com participação nos lucros.....	341
13. Colocação de debêntures com prêmio .....	343
14. Prêmio de reembolso e de resgate.....	344
15. Valor nominal.....	344
16. Prazo de vencimento .....	345
17. Amortização e resgate.....	345
18. Juros.....	347
19. Negociação com as próprias debêntures .....	347
20. Debêntures conversíveis .....	348
20.1 Competência da assembleia geral .....	349
20.2 Conversão automática em aumento do capital social.....	350
20.3 Bases da conversão.....	351
20.4 Diluição justificada.....	352

20.5	Bônus de subscrição e debêntures conversíveis.....	353
20.6	Direito de preferência .....	353
21.	OPA e aumento de capital.....	354
22.	Espécies de debêntures .....	354
22.1	Garantia real .....	355
22.2	Privilégio geral.....	356
22.3	Debêntures quirografárias e subquirografárias .....	357
23.	Publicidade da emissão e registro .....	358
24.	Forma e prova de propriedade .....	359
25.	Comunhão de interesses.....	360
26.	Agente fiduciário .....	361
26.1	Funções do agente fiduciário.....	362
26.2	Preservação das garantias .....	363
26.3	Mandato e substituição .....	364
26.4	Conflito de interesses .....	364
26.5	Dever de diligência e limites da responsabilidade subjéctiva.....	366
27.	Assembleia de debenturistas.....	366
27.1	Alteração da escritura de emissão .....	367
27.2	Conflito de interesse e impedimento absoluto .....	368
27.3	<i>Quórum</i> .....	368
CAPÍTULO X – BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO.....		371
1.	Definição e Natureza Jurídica .....	373
2.	Bônus de Subscrição e Opção de Compra .....	375
3.	Direitos dos titulares e ajustamento .....	375
4.	Bônus de Subscrição e Aumento de Capital.....	376
5.	Competência sobre a emissão.....	377
6.	Emissão onerosa .....	378
7.	Emissão gratuita.....	378

8. Negociação dos bônus.....	379
9. Direito de preferência na emissão de bônus.....	379
10. Forma e propriedade dos bônus de subscrição .....	381
CAPÍTULO XI – O ACIONISTA .....	383
1. Obrigações e responsabilidades do acionista.....	385
2. Direitos dos acionistas .....	395
2.1 Direitos Individuais.....	397
2.2 Direitos dos minoritários.....	402
3. Direito de recesso .....	403
3.1 Fundamento do direito de recesso.....	404
3.2 Momento da extinção da relação jurídica .....	404
3.3 Pressupostos para o exercício do direito.....	404
3.4 Assembleia de retratação.....	407
3.5 Prazo de exercício do recesso .....	407
3.6 Cláusula compromissória estatutária como instrumento de acesso à justiça.....	408
4. Direito de preferência.....	411
4.1 Natureza do direito de preferência .....	413
4.2 Fundamento do direito de preferência .....	413
4.3 Preferência em capital autorizado.....	414
4.4 Emissão em espécies e classes diversas .....	415
4.5 Capitalização de créditos .....	416
4.6 Subscrição em bens .....	417
4.7 Conversão de valores mobiliários .....	418
4.8 Partes beneficiárias gratuitas e opções de compra .....	418
4.9 Negociação do direito de preferência.....	419
4.10 Sobras da subscrição .....	419
4.11 Rateio.....	420
4.12 Exclusão do direito de preferência .....	421

5.	Dividendos .....	423
5.1	Direito do acionista ao dividendo .....	427
5.2	Dividendos intermediários .....	431
5.3	Balanços societários.....	431
5.4	Pagamento de dividendos .....	434
6.	Voto.....	435
6.1	Direito comparado.....	435
6.2	Voto plural .....	439
6.3	Direito de voto no regime contratualista.....	442
6.4	Ações preferenciais – Restrição de voto .....	443
6.5	Direito de voto das preferenciais por falta de dividendos.....	444
6.6	Execução do direito de voto por terceiros .....	446
6.7	Voto das ações gravadas com usufruto .....	449
7.	Acionista controlador .....	451
7.1	Controle Compartilhado .....	455
7.2	Dever fiduciário do controlador .....	456
7.3	Acordos de controle com voto em bloco .....	458
7.4	Configuração do controle .....	459
7.5	O comando das sociedades de capital disperso .....	460
7.6	A questão do controle minoritário e gerencial.....	461
7.7	<i>Poison pills</i> nas companhias com capital disperso .....	462
8.	Responsabilidade do controlador .....	465
8.1	Prevalência do institucionalismo.....	467
8.2	Regime de responsabilidade nas companhias de capital disperso .....	468
8.3	Ainda a questão <i>da numerus clausus</i> .....	469
8.4	Abuso de poder do controlador .....	470
8.5	Culpa normativa e irrelevância da intenção .....	472
8.6	Irrelevância da prova da vantagem em favor do controlador.....	475

8.7	Inexistência de Ilícitos praticados no interesse social.....	475
8.8	A regra da livre decisão empresarial – <i>business judgement rule</i> .....	476
8.9	A conduta danosa do controlador na esfera civil e administrativa.....	477
8.10	A responsabilidade solidária do administrador.....	479
8.11	O controlador nas funções de administrador ou fiscal.....	479
8.12	Legitimidade originária dos minoritários.....	480
8.13	Participação da companhia na ação contra o controlador.....	481
8.14	Legitimidade de qualquer atual acionista da companhia lesada.....	481
8.15	Caução pelas custas e honorários.....	482
9.	Compensação de lucros com danos ( <i>compensatio lucri cum damno</i> ).....	483
10.	Abuso do direito de voto e conflito de interesses.....	486
10.1	Abuso do direito de voto.....	488
10.2	O caráter objetivo do voto abusivo.....	489
10.3	Voto abusivo dos controladores.....	490
10.4	Regime do abuso do voto minoritário.....	492
10.5	Direito e a responsabilidade comum dos acionistas nas companhias com capital disperso.....	494
10.6	Prevalência do interesse social sobre o individual.....	495
10.7	Conflito de interesses.....	495
10.7.1	Conflito de interesses na conferência de bens e na aprovação de contas.....	495
10.7.2	Interesse conflitante e benefício particular.....	497
10.7.3	Impedimento de parte ou de todas as ações e iniciativa de sua declaração.....	502
CAPÍTULO XII – ACORDO DE ACIONISTAS.....		505
1.	Natureza.....	507

2. Validade e eficácia .....	508
3. Forma escrita e não escrita .....	509
4. Eficácia entre as partes, a sociedade e terceiros.....	510
5. A companhia como parte formal nos acordos de bloqueio .....	510
6. Dissolução motivada .....	511
7. Tipicidade dos acordos de acionistas.....	513
8. Acordo de controle .....	514
8.1 Reunião prévia da comunhão.....	515
8.2 Regime de autotutela .....	516
9. Acordo de <i>joint venture</i> .....	518
10. Acordo de voto minoritário .....	519
11. Acordos de bloqueio .....	523
11.1 Natureza do acordo de bloqueio.....	526
11.2 Cláusula de preferência .....	528
12. Acordos sobre determinadas deliberações da assembleia geral.....	528
13. Opção de compra e venda.....	529
14. Cláusulas de <i>tag along</i> , <i>drag along</i> e <i>bring along</i> .....	530
15. Execução específica no direito societário .....	531
16. Arbitrabilidade e vinculação à cláusula arbitral.....	534
 CAPÍTULO XIII – ALIENAÇÃO DE CONTROLE .....	 537
1. Considerações gerais sobre as ofertas públicas .....	539
2. Oferta pública obrigatória de alienação de controle .....	543
2.1 Destinatários da oferta .....	545
2.2 Grupo de controle.....	546
2.3 Identificação do adquirente dentro do grupo empresarial.....	546
2.4 Aquisição originária ou derivada .....	547
2.5 Caráter oneroso .....	548
2.6 OPA e operações reorganizativas .....	548

2.7	Cálculo do preço da oferta na transferência indireta.....	548
2.8	O pagamento de prêmio aos acionistas minoritários.....	549
2.9	Alienação do controle sob condição suspensiva ou resolutiva .....	550
2.10	Alienação direta, indireta ou em etapas .....	550
2.11	Aprovação pela assembleia geral da compradora .....	551
3.	Oferta pública voluntária de aquisição de controle.....	553
3.1	Objeto, destinatário e contrapartida .....	554
3.2	Natureza da oferta pública de aquisição de ações de controle.....	555
3.3	Caráter vinculante e irrevogabilidade da oferta .....	556
3.4	Ofertas condicionais .....	557
3.5	Aceitação da oferta.....	558
3.6	Rateio .....	559
3.7	Oferta pública de permuta .....	559
3.8	Oferta pública mista.....	560
3.9	Instrumento da oferta pública de aquisição.....	561
3.10	Instituição financeira .....	561
3.11	Sigilo .....	561
3.12	Melhoria do preço e das condições.....	562
3.13	Oferta concorrente .....	563
3.14	Irrevogabilidade e oferta concorrente.....	564
4.	Medidas defensivas contra OPA hostil .....	564
4.1	Papel dos administradores .....	565
4.2	Principais defesas contra OPA hostil.....	567
4.3	<i>Poison Pill</i> .....	567
5.	Medidas de proteção do adquirente na OPA amigável .....	568
CAPÍTULO XIV – ASSEMBLEIAS .....		569
1.	Estrutura da companhia.....	572

2.	Considerações sobre a assembleia geral .....	572
3.	Definição e características da assembleia geral.....	574
4.	Organicidade .....	574
5.	Formação válida da vontade social.....	575
6.	Natureza jurídica das deliberações assembleares e participação dos acionistas .....	576
7.	Declínio e renascimento da assembleia geral no direito estrangeiro .....	578
8.	Relatividade da soberania da assembleia geral no Brasil.....	580
9.	Espécies de assembleias gerais de acionistas .....	583
10.	Competência da assembleia geral de acionistas.....	585
10.1	Reforma do estatuto .....	585
10.2	Eleição do conselho consultivo .....	586
10.3	Destituição dos administradores .....	586
10.4	Suspensão do exercício de direitos .....	588
10.5	Avaliação de bens .....	588
10.6	Emissão de partes beneficiárias.....	588
10.7	Transformação, fusão, incorporação, cisão e dissolução da companhia.....	589
10.8	Falência e recuperação de empresas .....	589
10.9	Emissão de debêntures .....	589
10.10	Dividendo obrigatório .....	589
10.11	Transação com partes relacionadas e disposição de bens da companhia aberta .....	590
11.	Competência privativa da assembleia geral ordinária .....	590
11.1	Eleição de administradores e fiscais .....	590
11.2	Deliberação sobre contas e demonstrações financeiras....	591
11.2.1	Documentos da administração .....	592
11.2.2	Efeitos da deliberação sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras....	593
11.2.3	Exoneração da responsabilidade dos administradores .....	594

11.2.4	Destinação do lucro e distribuição de dividendos.....	595
11.2.5	Impedimento de voto e documentos da administração.....	595
11.2.6	Exercício social uno.....	596
11.2.7	Aprovação, retificação, recusa ou reformulação dos documentos.....	596
11.2.8	Regime de deliberação.....	598
12.	Assembleia especial.....	598
12.1	Resgate.....	599
12.2	Assembleia especial de revisão do preço.....	600
13.	Assembleia parcial ou exclusivamente digital.....	600
14.	Voto a distância.....	602
15.	Regime de invalidade das deliberações assembleares.....	604
15.1	A invalidade no direito comum.....	604
15.2	Moderação dos efeitos no direito das companhias.....	605
15.3	Invalidade de assembleia.....	606
15.4	Invalidade de voto.....	607
15.5	Invalidade do conteúdo da deliberação.....	607
15.6	Anulação parcial do ato ou da deliberação.....	608
15.7	Vícios do consentimento.....	609
15.8	Natureza da demanda de impugnação de deliberações assembleares.....	609
15.9	Decadência.....	610
15.10	Deliberações conexas.....	611
15.11	Papel do administrador.....	612
15.12	Legitimidade.....	612
15.13	Causa de pedir.....	613
15.14	Prova de prejuízo.....	614
15.15	Soberania da assembleia geral para revisão de seus atos.....	615

16. Convocação .....	615
16.1 Competência para convocação .....	616
16.2 Convocação de AGO.....	618
16.3 Convocação de AGE.....	619
16.4 Regularização pela presença unânime dos acionistas – Assembleia totalitária .....	620
16.5 Responsabilidade dos administradores .....	621
16.6 Revogabilidade da convocação.....	621
16.7 Prazos de convocação .....	621
16.8 Fundamento da convocação pública .....	623
16.9 Dispensa de publicação para as companhias de pequeno porte .....	623
16.10 Direito à convocação postal .....	623
16.11 Convocação irregular.....	624
16.12 Conceito de jornal de grande circulação.....	624
17. Ordem do dia .....	625
18. Local da assembleia.....	626
19. Quórum de instalação .....	627
20. Obrigação de comparecimento .....	629
21. Boicote dos administradores .....	629
22. Restrições à participação com determinadas ações.....	630
23. Legitimação e representação.....	631
23.1 <i>Proxy fight</i> – Direito norte-americano.....	631
23.2 Pedido público de procuração no direito brasileiro .....	632
23.3 Unicidade ou diversidade de representantes .....	634
23.4 Modificação ou supressão pelo estatuto dos poderes de representação .....	634
23.5 Procuração vazia – Poderes em branco .....	634
23.6 Representantes institucionais e conflito de interesses .....	635
23.7 Extinção da representação .....	636

24. Livro de presença .....	636
25. Mesa da assembleia geral .....	637
25.1 Natureza jurídica da mesa .....	639
25.2 Instalação da assembleia.....	639
25.3 Condução da fase deliberativa .....	640
25.4 Regime de votação .....	641
25.5 O voto do presidente da Mesa.....	641
25.6 Expulsão de acionista .....	642
25.7 Funções do secretário da Mesa.....	642
25.8 Gravação da assembleia.....	643
25.9 Responsabilidade da Mesa .....	643
25.10 Execução de acordo de acionistas.....	644
26. Proibição de voto e conflito de interesses.....	645
27. Quórum deliberativo .....	647
27.1 Princípio majoritário.....	648
27.2 Quórum especial.....	649
27.3 Relatividade da regra do capital social.....	650
27.4 Minoria de bloqueio .....	651
27.5 Critérios de desempate .....	652
28. Acertamento do resultado .....	653
29. Alteração de quórum superior por deliberação de quórum inferior – fraude e infração indireta ao estatuto .....	654
30. Ata da assembleia.....	655
30.1 Requisitos de validade da ata.....	656
30.2 Ata sintética.....	657
30.3 Omissão de declarações infamantes.....	658
30.4 Efeitos do arquivamento e da publicação .....	658
30.5 Extrato da ata e o registro mercantil .....	659
30.6 Ata por escritura pública fora da sede .....	659

CAPÍTULO XV – ADMINISTRAÇÃO.....	661
1. Conceito de órgãos de administração .....	663
2. Competência do conselho de administração .....	669
2.1 Controle da legalidade e da legitimidade pelos conselheiros .....	669
2.2 Competência específicas do conselho de administração ...	670
2.3 Poder de fiscalizar – Controle da legalidade e da legitimidade .....	671
2.4 Comitês do conselho .....	674
3. Voto múltiplo .....	675
4. Competências da diretoria.....	678
4.1 Natureza orgânica da representação.....	681
4.2 Efeitos da representação junto aos terceiros – teoria da aparência .....	682
4.3 Atos de disposição – inaplicabilidade da Teoria da Aparência.....	685
5. Qualificação e impedimentos dos administradores .....	686
6. Dever fiduciário dos administradores.....	690
7. Dever de diligência .....	692
8. Regra da decisão negocial – <i>business judgment rule</i> .....	694
9. Dever de lealdade.....	697
10. Conflito de interesses .....	699
10.1 Natureza estritamente formal do conflito .....	701
11. Usurpação de oportunidades da companhia.....	704
12. Desvio de poder do administrador .....	707
12.1 Bem público e função social da empresa .....	708
12.2 Modalidades de abuso de poder do administrador.....	709
12.3 Atos gratuitos .....	711
13. Dever de informar .....	713
13.1 Dever de informar .....	714

13.2	Conceito de fato relevante .....	716
13.3	O princípio da lealdade e o dever de informar .....	717
13.4	O dever de sigilo face ao dever de informar .....	718
14.	Responsabilidade dos administradores .....	721
14.1	Irresponsabilidade dos administradores perante terceiros e responsabilidade perante a companhia.....	721
14.2	Responsabilidade individual dos diretores e coletiva dos conselheiros .....	722
14.3	Diretores estatutários e celetistas .....	723
14.4	Noção de prejuízo.....	726
14.5	Características da administração ordinária e extraordinária .....	727
14.6	Responsabilidade dos administradores .....	728
14.7	Funcionamento regular da sociedade.....	730
14.8	Companhias abertas e fechadas – solidariedade sobre o não funcionamento regular da sociedade.....	731
14.9	Responsabilidade dos conselheiros .....	732
14.10	Ação de responsabilidade contra administradores.....	733
14.11	Conselheiros fiscais e consultivos – Responsabilidade ....	738
14.12	Estrita legalidade do regime de responsabilidade.....	739
14.13	Ação individual.....	741
14.14	Vinculação dos administradores à cláusula compromissória estatutária .....	742
14.15	Decreto judicial de exclusão de responsabilidade .....	743
15.	Remuneração dos administradores .....	743
15.1	Opções de compra .....	746
16.	Investidura dos administradores.....	746
17.	Vacância e impedimento temporário .....	748
18.	Boa governança e conformidade.....	750
18.1	Regime de conformidade ( <i>compliance</i> ) .....	752

CAPÍTULO XVI – CONSELHO FISCAL.....	759
1. Conselho fiscal como instrumento do direito de fiscalização .....	761
2. Relação do conselho fiscal com os demais fiscais da companhia.....	763
3. Fundamento da fiscalização no direito comparado .....	764
3.1 Sistema norte-americano .....	764
3.2 Sistema alemão .....	766
3.3 Sistema francês .....	767
4. Natureza jurídica do conselho fiscal no direito brasileiro .....	769
5. Efeitos dos pareceres e denúncias diante dos demais órgãos sociais .....	769
6. Eficácia das deliberações .....	770
7. Órgão necessário e permanente – Instalação.....	771
8. Sociedades de economia mista .....	772
9. Ações com direito a voto .....	773
10. Número de conselheiros .....	773
11. Duração do mandato e direito de liberação .....	774
12. Suplentes.....	775
13. Destituição dos conselheiros .....	775
14. Requisitos para o cargo de conselheiro fiscal .....	776
15. Impedimentos .....	776
16. Remuneração .....	777
17. Funções do conselho fiscal.....	778
18. Competência individual .....	778
19. Abrangência do controle contábil e financeiro.....	780
20. Limites da função fiscalizadora .....	780
21. O poder-dever de diligência e sua extensão .....	781
22. Denúncia de administradores e representação .....	783
23. Deveres anexos ao dever geral de informação dos conselheiros fiscais .....	783
24. Informações fornecidas pelos administradores.....	784

25. Recusa dos administradores em exhibir os livros sociais.....	785
26. Convocação de assembleia e opinião sobre conflito de interesses.....	785
27. Comparecimento às reuniões de órgão de administração .....	786
28. Comparecimento às assembleias .....	786
29. Abuso de fiscalização .....	787
30. <i>Insider trading</i> .....	789
31. Conselheiros fiscais acionistas – Impedimento de voto .....	789
32. Responsabilidade solidária .....	790
33. Culpa normativa .....	791
34. Legitimidade para propor ação de responsabilidade .....	792
CAPÍTULO XVII – INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO .....	793
1. Natureza jurídica das operações de reorganização.....	795
2. Sucessão universal nas operações reorganizativas.....	797
3. Publicidade das operações reorganizativas.....	798
4. Relação entre a transformação e as demais operações de reorganização.....	799
5. Acordo preliminar entre sócios .....	800
6. Protocolo .....	801
6.1 Definição e natureza jurídica .....	801
6.2 Efeitos da não aprovação do protocolo .....	802
6.3 Responsabilidade dos administradores .....	803
6.4 Conteúdo do protocolo.....	803
6.5 Execução específica do protocolo.....	804
6.6 Alteração assemblear do protocolo .....	804
7. Justificação.....	804
8. Composição do capital social .....	805
8.1 Inexistência de direito de preferência para subscrever ações.....	806
8.2 Avaliação do patrimônio líquido.....	807

8.3	Patrimônio líquido maior que o capital social formado....	808
8.4	Patrimônio líquido negativo .....	808
8.5	Data-base e balanço para avaliação .....	808
8.6	Variações patrimoniais.....	809
9.	Aparente aquisição das próprias ações.....	809
10.	Substituição das ações extintas e relação de troca.....	810
11.	Incorporação .....	813
11.1	Definição e espécies de incorporação.....	813
11.2	Natureza e efeitos jurídicos da incorporação.....	814
11.3	Etapas da incorporação.....	815
11.4	Assembleias gerais .....	815
11.5	Sucessão e legitimidade.....	817
11.6	Aumento do capital e valor estimativo do patrimônio líquido.....	817
11.7	Laudo de avaliação e subscrição.....	818
11.8	Responsabilidade pela subscrição .....	818
11.9	Incorporação de sociedades vinculadas por relação de controle.....	819
11.10	Incorporação de subsidiária integral .....	820
11.11	Conversão de sociedade em subsidiária integral pela incorporação de suas ações .....	820
11.12	Incorporação invertida.....	821
12.	Fusão .....	821
12.1	Definição.....	821
12.2	Natureza jurídica e peculiaridades em relação à incorporação .....	822
12.3	Etapas da fusão .....	823
12.4	Assembleias gerais .....	823
12.5	Extinção de sociedades pela fusão.....	825
12.6	Autonomia da sociedade fundida .....	826
12.7	Sucessão e responsabilidade .....	827

13. Cisão .....	827
13.1 Definição.....	827
13.2 Natureza jurídica .....	829
13.3 Espécies de cisão .....	829
13.4 Etapas da cisão.....	830
13.5 Assembleia geral.....	831
13.6 Autonomia das sociedades sucessoras.....	832
13.7 Sucessão e responsabilidade .....	832
13.8 Paralelismo .....	834
14. <i>Drop down</i> .....	834
14.1 Liberdade de reorganização e princípio da isonomia .....	836
15. Direitos dos credores nas operações de reorganização.....	838
15.1 Direitos dos debenturistas .....	838
15.2 Direitos dos credores na incorporação e na fusão .....	840
15.3 Direitos dos credores na cisão.....	843
15.4 Direito de recesso .....	844
15.4.1 Fundamento do direito de recesso decorrente de operação reorganizativa .....	845
15.4.2 O direito de recesso na cisão.....	847
15.4.2.1 Cisão com alteração do objeto social .....	847
15.4.2.2 Cisão com redução do dividendo obrigatório.....	848
15.4.2.3 Cisão com participação em grupo de sociedades.....	848
15.4.3 A sociedade resultante da operação não é uma companhia.....	848
15.4.4 Valor do reembolso .....	849
 CAPÍTULO XVIII – GRUPOS DE SOCIEDADES .....	 851
1. Considerações gerais sobre grupos de sociedades.....	853
2. Interesse do grupo.....	854

3.	Fundamento do grupo de sociedades .....	857
4.	Requisitos para integrar um grupo .....	858
5.	O grupo no direito comparado .....	859
6.	Grupo de fato .....	863
6.1	Coligação e influência significativa .....	864
6.2	Controle comum e comando unitário .....	865
6.3	<i>Holdings</i> .....	866
6.4	Participação recíproca .....	867
6.4.1	Exceções à vedação da participação recíproca ...	869
6.4.2	Participações recíprocas decorrentes de operação de reorganização ou de aquisição de controle .....	869
6.4.3	Responsabilidade dos administradores na aquisição de participação na controladora ou coligada investidora .....	870
6.5	Teoria da aparência e grupo de fato .....	870
6.6	Sigla do grupo .....	870
6.7	Conselho Fiscal .....	871
6.8	Responsabilidade decorrente de atos intragrupo .....	871
6.8.1	Responsabilidade dos administradores .....	871
6.8.2	Responsabilidade da sociedade controladora ....	872
6.8.3	Comutatividade das operações intragrupo .....	875
6.8.4	Compensação das perdas .....	877
6.9	Demonstrações financeiras no grupo de fato .....	878
6.9.1	Demonstrações consolidadas .....	879
6.9.2	Consolidação de balanços .....	879
6.9.3	Equivalência patrimonial .....	880
6.9.3.1	Abrangência da equivalência patrimonial .....	881
6.9.3.2	Objeto da equivalência patrimonial .....	882
7.	Grupo de direito .....	883
7.1	Contexto histórico e internacional .....	886

7.2	Recepção do grupo convencional pelo direito brasileiro.....	888
7.3	Conceito de grupo convencional de sociedades .....	888
7.4	Natureza jurídica e efeitos da convenção de grupo .....	890
7.5	Responsabilidade das sociedades agrupadas.....	891
7.6	Aprovação pelos acionistas.....	894
7.7	Efeitos da aprovação .....	895
7.8	Direito de retirada .....	895
7.9	Sociedades sujeitas à autorização administrativa.....	896
7.10	Convenção de grupo .....	897
7.10.1	Conteúdo da convenção e elementos essenciais do grupo .....	897
7.10.2	Designação.....	898
7.10.3	Indicação da sociedade brasileira de comando... ..	899
7.10.4	Condições de participação das diversas sociedades.....	899
7.10.5	Prazo de duração e condições de extinção .....	900
7.10.6	Dissolução do grupo.....	900
7.10.7	Admissão e retirada .....	901
7.10.8	Órgãos da administração do grupo e relação entre as sociedades do grupo .....	901
7.11	Registro e publicidade.....	902
7.12	Administração do grupo.....	903
7.12.1	Representação orgânica e convencional.....	904
7.12.2	Direção bipartida do grupo .....	905
7.12.3	Administração das sociedades filiadas.....	905
7.12.4	Manual de normas e de procedimentos e circulares .....	906
7.12.5	Conflito de interesses e compensações .....	906
7.12.6	Remuneração dos administradores .....	907
7.13	Prejuízos resultantes de atos contrários à convenção.....	908

7.13.1	Cláusulas leoninas .....	909
7.13.2	Legitimidade e solidariedade .....	910
7.14	Conselho fiscal das filiações .....	911
7.15	Demonstrações financeiras do grupo convencional .....	913
8.	Subsidiária integral .....	914
8.1	Fundamento da subsidiária integral .....	914
8.2	Constituição de subsidiária integral .....	915
8.3	Sociedade de economia mista .....	916
8.4	Autonomia da subsidiária integral .....	917
8.5	Estrutura da subsidiária integral .....	918
8.6	Assembleia geral .....	918
8.7	Capital social .....	919
8.8	Conversão em subsidiária integral .....	919
8.9	Direito de recesso .....	921
8.10	Reversão .....	922
CAPÍTULO XIX – CONSÓRCIO .....		925
1.	Considerações gerais .....	927
2.	Natureza jurídica .....	928
3.	Conceito .....	929
4.	Grupo de coordenação .....	930
5.	Consórcio e SPE .....	930
6.	<i>Joint ventures</i> .....	931
7.	Consórcios internacionais .....	931
8.	Cartel e consórcio .....	932
9.	Consórcios de 1.º, 2.º e 3.º graus .....	934
10.	Sociedades autorizadas a participar do consórcio .....	934
11.	Responsabilidade e solidariedade .....	934
12.	Legitimidade .....	935

13. Aprovação do contrato consorcial .....	936
14. Literalidade do contrato consorcial .....	937
14.1 Designação do consórcio .....	937
14.2 Empreendimento objeto do consórcio .....	937
14.3 Duração .....	938
14.4 Endereço e foro do consórcio .....	938
14.5 Definição das obrigações, prestações e responsabilidades individuais das consorciadas .....	939
14.6 Receitas e partilha de resultados .....	939
14.7 Administração e representação .....	940
14.8 Forma de deliberação.....	940
15. Despesas .....	941
16. Registro e publicidade.....	942
17. Falência e recuperação.....	943
 CAPÍTULO XX – DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO .....	 945
1. Considerações gerais sobre os institutos .....	947
2. Conceito de dissolução .....	948
3. Causa da dissolução .....	949
4. A natureza das causas de dissolução .....	951
5. Dissolução de pleno direito .....	952
6. Dissolução por decisão judicial.....	953
7. Conceito de fim social .....	954
8. A falência como causa .....	955
9. A hipótese de dissolução por ato administrativo.....	956
10. A construção pretoriana da dissolução parcial .....	956
11. Requisitos da dissolução parcial .....	959
12. Ação de dissolução parcial.....	961
13. Apuração de haveres .....	962

14. Liquidação .....	963
14.1 Função de liquidação .....	964
14.2 O período de liquidação .....	964
14.3 Procedimentos de liquidação – Estrita legalidade .....	965
14.4 Nomeação de liquidante .....	967
14.5 Nomeação judicial da liquidante .....	968
14.6 A sentença judicial .....	969
14.7 Prerrogativa dos credores .....	969
14.8 Observância dos prazos pactuados .....	970
14.9 Preferências nos créditos .....	971
14.10 Outras normas aplicáveis .....	972
14.11 Situação superavitária .....	972
14.12 A partilha do ativo remanescente .....	972
14.13 Regime de partilha antecipada .....	973
14.14 Funções da partilha <i>in natura</i> .....	974
14.15 Rateio do ativo remanescente .....	975
14.16 Partilha do ativo remanescente – Isonomia relativa .....	976
14.17 Regime de aprovação das contas .....	976
14.18 Dissidência .....	977
15. Extinção .....	977
15.1 Extinção como efeito do encerramento da liquidação e ações judiciais em curso .....	978
 CAPÍTULO XXI – TRANSFORMAÇÃO .....	 981
1. Conceito .....	983
2. Características da transformação .....	986
2.1 Abrangência do instituto .....	986
2.2 Contrato que rege a transformação .....	987
2.3 Relação com fusão e incorporação .....	987
2.4 Modalidades de transformação .....	988

2.5. Transformação de fundo de investimento em sociedade anônima .....	989
2.6 Arquivamento dos atos de transformação .....	989
3. Deliberação unânime .....	990
4. O exercício do recesso em previsão estatutária.....	991
5. Efeitos da transformação.....	992
5.1 Sócio ausente .....	993
6. Prerrogativas dos credores.....	994
 CAPÍTULO XXII – PRESCRIÇÃO.....	 997
1. Considerações gerais .....	999
2. Prescrição no direito comparado.....	999
3. Decadência e prescrição no direito brasileiro.....	1001
4. Anulação da constituição da companhia .....	1002
5. Nulidade absoluta e outras hipóteses de imprescritibilidade ....	1002
6. Âmbito restrito da prescrição em um ano .....	1003
7. Anulação de deliberação assemblear .....	1003
8. Ação contra peritos e subscritores.....	1004
9. Ação contra credores na liquidação da companhia.....	1005
10. Ação para haver dividendos.....	1005
11. Ação contra fundadores, acionistas, administradores, liquidantes, fiscais ou controladores .....	1005
11.1 Termo inicial.....	1006
11.2 Autonomia da ação de responsabilidade .....	1007
12. Ação contra acionistas para restituição de dividendos .....	1007
13. Ação contra administradores ou titulares de partes beneficiárias para restituição da participação nos lucros recebidos de má-fé.....	1008
14. Ação contra agente fiduciário de debenturistas ou de agente fiduciário de beneficiários no caso de violação da lei ou da escritura de emissão .....	1008

15. Ação contra o violador do dever do sigilo.....	1008
16. Ação do acionista contra a companhia.....	1008
17. Princípio da <i>actio nata</i> .....	1009
18. Fatos apurados no juízo criminal.....	1010
BIBLIOGRAFIA.....	1013